

# A formação de um grupo de imortais nos primeiros anos da República

*Alessandra El Far*

*Doutoranda em Antropologia Social - USP e bolsista FAPESP*

**Resumo:** Este artigo visa discutir a maneira pela qual os fundadores da Academia Brasileira de Letras, nos últimos anos do século XIX, adotaram a missão de zelar pela língua e literatura nacionais com a finalidade de criar uma identidade de grupo e conquistar um certo reconhecimento social no interior da fragmentada e hierárquica sociedade letrada carioca.

**Unitermos:** identidade, Academia Brasileira de Letras, República Velha.

## UMA ACADEMIA LITERÁRIA NO NOVO CENÁRIO REPUBLICANO<sup>1</sup>

“As Academias têm pelo menos esta vantagem: aproximar no terreno das letras os que se afastam nos demais”

Medeiros e Albuquerque

No dia 20 de julho de 1897, na cidade do Rio de Janeiro, Machado de Assis, em um rápido discurso, anunciava o nascimento da Academia Brasileira de Letras, uma instituição que se dedicaria ao cultivo da língua e da literatura brasileira. Em meio à federação política vinda com a República era necessário, na visão de um grupo específico de literatos, realizar a tarefa de conservar uma unidade literária capaz de representar o país como um todo.

Ao lado de Machado de Assis mais 39 nomes preencheram as primeiras vagas da imortalidade. Dentre eles estavam Olavo Bilac (1865-1918), Coelho Neto (1864-1934), Artur Azevedo (1855-1908), Aluísio Azevedo (1857-1913), José do Patrocínio (1853-1905), Raimundo Correia (1860-1911), Guimarães Passos (1867-1909), Rui Barbosa (1849-1923), Carlos de Laet (1847-1927), Inglês de Souza (1853-1918), Alberto de Oliveira (1857-1937), Alcindo Guanabara (1865-1918), Araripe Júnior (1848-1911) e Silvio Romero (1851-1914). Como veremos adiante, esses homens de letras formavam um grupo extremamente diversificado. Além de pertencerem a diferentes camadas socio-econômicas, e de possuírem posturas estéticas distintas, esses escritores encaravam o trabalho literário dos mais variados modos. Enquanto Coelho Neto, Artur Azevedo, José do Patrocínio, por exem-



plo, procuravam viver unicamente de seus textos literários, Rui Barbosa, Aluísio Azevedo, Sílvio Romero, Carlos de Laet intercalavam a produção letrada com o cotidiano do funcionalismo público. Entretanto, apesar dessa heterogeneidade, esses críticos literários, romancistas, poetas, jornalistas publicavam seus textos nos principais jornais e revistas da época, e eram, com isso, conhecidos pela população letrada do país.

Na verdade, o projeto de uma academia de letras foi criado pelos principais colaboradores da *Revista Brasileira*, nos últimos meses de 1896. Diariamente, à volta do chá da cinco, Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco, Valentim Magalhães, Visconde de Taunay, José Veríssimo, dentre outros, confabulavam sobre a viabilidade de uma instituição dedicada exclusivamente à literatura no Brasil.

Entre declamações e comentários em geral, esses escritores analisavam uma maneira de inserir na sociedade uma associação protegida pelo governo republicano, que conferisse uma maior autonomia ao discurso literário. Já que os advogados, médicos, cientistas, historiadores possuíam seus próprios institutos e faculdades, para através deles proclamarem suas análises acerca do país, tornava-se necessário uma agremiação legítima que projetasse, frente à elite nacional, os trabalhos produzidos pelos nossos homens de letras. Entretanto, como veremos a seguir, a Academia inaugurada em julho de 1897 apresentou características bem distintas desta que foi concebida em finais de 1896, seis meses antes.

No dia 10 de novembro de 1896, saía em uma das páginas da *Gazeta de Notícias* um texto sobre a breve fundação de uma academia apoiada pelo governo federal, que teria como objetivo central reunir os nomes mais ilustres das nossas letras. De início o jornal elogiava a atitude do então ministro do Interior, Alberto Torres, por acolher generosamente a proposta de Lúcio de Mendonça, nascida das reuniões da *Revista Brasileira*, para depois descrever o perfil da nova congregação.

O futuro grêmio teria o nome de Academia de Letras e numa homenagem ao novo regime, sua sessão inaugural coincidiria com a data do sétimo aniversário da República, no próximo dia 15 de novembro. Os primeiros dez acadêmicos seriam escolhidos pelo governo e, por sua vez, elegeriam outros vinte além de dez correspondentes, estes últimos qualificados desta forma por residirem fora da capital ou do país. No total somariam quarenta, número igual ao da Académie Française de Lettres (1635), que em comum acordo fora escolhida como modelo para a instituição embrionária.

Provisoriamente, o Ginásio Nacional serviria de sede onde aconteceriam as sessões ordinárias. Com o passar do tempo, tendo a academia já se estabelecido, esta ganharia uma verba para as suas despesas e autorização para publicar na Imprensa Nacional obras por ela aclamada. Ou seja, seguindo este plano inicial em um curto período a academia estaria em pleno exercício derrubando os obstáculos que até então vinham dificultando todas as antigas tentativas de constituir



agregações literárias: lugar para as reuniões e verba para os gastos básicos.

Diferente das inúmeras sociedades literárias anteriores, que morriam logo depois de completarem alguns meses de existência, a academia tutelada pelo governo garantiria uma vida longa, com toda a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento. E mais, além do prestígio de serem a partir de então acadêmicos de uma instituição reconhecida pelo governo republicano, adquiririam o que todos os escritores sonhavam e desejavam, uma autonomia para suas publicações.

Podendo usufruir da Imprensa Nacional, responsável pelas publicações oficiais, aqueles que fariam parte da futura academia ver-se-iam livres do domínio exclusivo das poucas casas editoriais, divulgando, assim, mais largamente seus romances, poesias, contos e estudos. Esta era uma possibilidade muito atrativa para os literatos que, desde os anos 80, vinham buscando com intensa dificuldade um maior espaço na comercialização de suas obras. Sob a guarda do governo, os homens de letras que pertencessem à Academia ganhariam maior independência na impressão de seus trabalhos, não precisando mais custear suas próprias edições diante da constante recusa dos editores, que, nessa época, privilegiavam os romancistas franceses.

A academia seria, na concepção de seus idealizadores, semelhante à redação da *Revista Brasileira*, um local neutro, onde seus integrantes não se deixariam levar pelas calorosas defesas do regime republicano ou monárquico. A discussão acadêmica situar-se-ia além de qualquer incompatibilidade política, e a maior prova desta neutralidade seria chamar para ela homens da estatura de Joaquim Nabuco, de Taunay e Afonso Celso, que ainda disseminavam suas defesas à antiga monarquia, ao lado de declarados republicanos como Olavo Bilac, Coelho Neto e o próprio Lúcio de Mendonça. Para evitar o constrangimento de serem os monarquistas eleitos pela República, estipulou-se, que ao invés do governo nomear os quarenta integrantes, apontaria apenas dez, que se encarregariam de eleger o restante. Assim, esses literatos monarquistas, contrários à nomeação oficial, não teriam “motivo para recusar a eleição feita por seus colegas de arte” (*Gazeta de Notícias*, 10/11/1896).

Estava, portanto, arquitetado o projeto de uma academia de letras. Formada por nomes indicados pela República e membros eleitos por seus próprios pares, esta instituição, na visão destes literatos, conseguiria o que até então se julgava impossível: o apoio do atual governo e a presença de monarquistas impetuosos. Não havia ainda, como seria anunciado meses depois, um programa em prol da língua e da literatura brasileira. Falava-se apenas de uma academia que pudesse respeitavelmente agrupar homens que já tinham dado “provas de amor pela palavra escrita” (*ibidem*).

Tornava-se evidente que não se tratava de uma agregação com poucas pretensões, pois estes homens almejavam um reconhecimento oficial e queriam à sua frente, ocupando o cargo de presidente, Machado de Assis, considerado neste final do século XIX o ícone da literatura brasileira.



No entanto, logo após a notícia da *Gazeta de Notícias* diversos jornais começaram a lançar seus comentários, ora enfatizando sua utilidade e possíveis benefícios, ora ridicularizando a idéia de uma academia de letras num país com 80% de analfabetismo<sup>2</sup>. Alguns artigos foram mais longe, afirmavam o enorme desajuste da criação de uma instituição hierarquizante, que selecionaria e classificaria uns em detrimento de muitos outros, por um governo republicano que se dizia democrático. Para estes críticos, seria inviável o nascimento de uma corporação literária inspirada na aristocrática Académie Française de Lettres, que, por sua vez, havia sido planejada pelo cardeal Richelieu, em plena monarquia absolutista. Com uma certa ironia, por exemplo, a *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, avisava que a nossa sociedade “profundamente igualitária” não sorriria à idéia de uma aristocracia intelectual, principalmente por caber ao governo a escolha dos “primeiros brasões nobiliárquicos” (12/11/1896). De uma forma ou de outra, inúmeros jornalistas de finais do século XIX brincavam com a continuidade dos símbolos monárquicos nos feitos da República, insinuando, assim, a permanência da distinção de alguns, ao invés de um processo seletivo democrático e igualitário.

O dia 15 de novembro de 1896 havia chegado e o projeto de uma Academia de Letras parecia longe de se transformar em realidade. Em paralelo às constantes críticas publicadas pela imprensa diária, o governo republicano optou por não manifestar seu apoio. Alguns literatos mais próximos ao projeto tentaram, ainda, nas semanas seguintes, convencer as autoridades republicanas da excelência de tal criação. Valentim Magalhães chegou a apelar à vaidade pessoal de Alberto Torres como último recurso estratégico. Na sua coluna de *A Notícia*, do dia 21 de novembro de 1896, escrevia:

Vá meu caro Alberto, um pouco de coragem. Olhe que talvez não tenha no seu reinado, digo no seu governo uma tão bela ocasião de recomendar seu nome ao respeito daqueles que são os únicos que fazem e desfazem reputações – os mentalmente idôneos. Não se arreie de imitar o cardeal Richelieu, nem se envergonhe antecipadamente de que a Posteridade venha a chamar-lhe, como aquele estadista – que não foi de todo beócio – “o amigo das letras”.

No entanto, apesar dos argumentos incisivos lançados nas colunas dos jornais, os novos governantes nada pronunciaram a respeito.

Ao contrário do que se esperava, Lúcio de Mendonça não abandonou sua idéia e, com os principais freqüentadores da *Revista Brasileira*, deu início às sessões preparatórias. Em sete reuniões arquitetou-se os alicerces de uma instituição literária privada. Os estatutos e regimentos foram escritos e votados. Ao longo de alguns meses, estes homens de letras discutiram as possíveis instalações para as sessões ordinárias, as regras de eleição, nomes a serem convidados, os cargos administrativos, bem como as diretrizes para a realização dos trabalhos prioritários a uma academia deste teor.

Quase seis meses depois, surgia, enfim, o tão desejado instituto, nomeado em sua versão final de Academia Brasileira de Letras. A ausência do protecio-



nismo do governo modificou algumas das diretrizes planejadas anteriormente. Na atual conjuntura, os próprios idealizadores indicaram trinta nomes que, por sua vez, elegeram os dez restantes. O quadro de sócios correspondentes formou-se à parte, com mais vinte literatos estrangeiros, que já tinham demonstrado em suas obras certo interesse pelo Brasil<sup>3</sup>. Se as discussões passadas apenas falavam de uma agremiação que teria por fim a reunião dos homens mais ilustres das nossas letras, neste novo momento pautava-se uma tarefa de âmbito nacional: a missão de zelar pela língua e pela literatura brasileira, que acabaram por se tornar as principais diretrizes na formação da identidade destes acadêmicos.

Ou seja, a Academia Brasileira de Letras, que no ano passado completou seu centenário, não conseguiu atingir, na época de sua fundação, seus objetivos iniciais, quer dizer, cooptar o total apoio do governo em benefício de uma classe específica de intelectuais para que pudessem implantar uma associação que funcionasse à altura da grande instituição francesa. Essa derrota alterou significativamente as perspectivas destes literatos de finais do século XIX, e acabou por selar um cotidiano, nos seus primeiros anos de vida, repleto de dificuldades financeiras e estruturais para a instituição, bem diferente das demais agremiações culturais que obtiveram o patrocínio do Estado. Diante deste cenário, os primeiros acadêmicos concentraram seus esforços na construção e legitimação de um núcleo coeso de homens de letras, para que desta maneira pudessem usufruir dos símbolos da imortalidade e da tradição literária, a fim de conferir aos seus integrantes um certo reconhecimento social.

## **A IDENTIDADE DESSES HOMENS DE LETRAS**

Os quarenta primeiros acadêmicos, apesar de serem todos reconhecidos como homens de letras, compunham um quadro de grande heterogeneidade. Não só adotavam posturas estéticas diversas, como possuíam lugares diferenciados na hierarquia social, econômica e intelectual do país naquele final de século.

Os fundadores da Academia, além de optarem por gêneros literários diversos, tais como o romance, a poesia, a crítica literária e a crônica, dividiam-se em parnasianos, realistas e naturalistas. Suas preferências políticas, igualmente, assinalavam opiniões díspares. Enquanto alguns posicionavam-se a favor da república, outros ainda sonhavam com a monarquia ou, até mesmo, com a futura instauração do socialismo no país.

Quanto à formação intelectual deste grupo, podemos dizer que apesar da maioria, ou seja, 70% dos acadêmicos, apresentar um diploma de bacharel em direito, medicina ou engenharia, 12,5% haviam abandonado a faculdade antes de completar o último ano e 17,5% nem chegou a fazer curso superior. Estes números são relevantes para demonstrar que a homogeneidade da elite letrada existente no Império<sup>4</sup>, nestes primeiros anos da República, sofria uma alteração que deve



ser levada em conta. Neste momento, aqueles que ambicionavam uma visibilidade no interior dos setores intelectualizados da sociedade brasileira, já arriscavam uma aprendizagem distante das faculdades e do crivo do diploma superior<sup>5</sup>, como foi o caso de 30% dos membros fundadores.

A Academia formava-se com a presença de moços e de velhos. Entravam, lado a lado, para as fileiras da imortalidade desde o jovem diplomata e poeta Magalhães de Azeredo, com 25 anos, até o advogado Pereira da Silva, na época com 80 anos. Em 1897, dos quarenta primeiros acadêmicos, seis tinham entre 25 e 30 anos; cinco de 31 a 35 anos; dez de 36 a 40 anos; sete de 41 a 45 anos; seis de 46 a 50 anos; e seis com mais de 51 anos. Quer dizer, mesmo existindo uma certa concentração de homens com 36 a 46 anos, é visível a presença de uma extensa variedade de faixas etárias dentro da instituição nascente.

Quanto à situação econômica destes literatos, podemos afirmar a ausência de uma uniformidade. Certamente a maioria dos acadêmicos descendia das camadas sociais favorecidas economicamente, pois muitos chegaram aos cursos superiores, que significava uma regalia apenas das elites. No entanto, tendo em vista as baixas remunerações oferecidas pelos jornais e a constante incerteza de um lugar fixo no mercado editorial, estes homens apresentavam, durante os anos de intensa produção intelectual, diferentes condições financeiras. Alguns nasciam nas classes mais abastadas, mas ao escolherem a profissão das letras passavam a reclamar da constante falta de dinheiro, como foi o caso de Coelho Neto, Olavo Bilac, Artur e Aluísio Azevedo. Outros, dedicando-se preferencialmente a outras ocupações, mantiveram o alto padrão de vida de suas famílias. Podemos citar os exemplos de Graça Aranha, Magalhães de Azeredo, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Ainda havia situações, mesmo que raras, iguais às de Machado de Assis e José do Patrocínio que através das letras abandonaram a pobreza de suas famílias fixando-se entre a burguesia literária de seu tempo.

Até por suas diferenças financeiras, cada um destes homens de letras apresentava uma relação específica com o trabalho literário. Alguns destes intelectuais, para completarem os pagamentos recebidos em jornais e editoras, partiam em busca de cargos diplomáticos, de vagas em secretarias, em ministérios públicos, de aulas no primeiro e segundo grau, dentre outras atividade paralelas. Mesmo gastando grande parte do dia em repartições, estes homens procuravam harmonizar seus afazeres burocráticos com suas produções literárias, não deixando jamais que as letras ficassem esquecidas num plano secundário.

Os que resolviam viver somente da pena possuíam uma outra visão do texto literário. Na expectativa de juntarem no final de cada mês uma quantia razoável para as despesas necessárias, estes escritores faziam da literatura uma atividade cotidiana, muitas vezes banalizada pela grande quantidade de trabalho que eram obrigados a apresentar. Escreviam em vários jornais, traduziam folhetins e aceitavam encomendas das editoras de obras populares sem valor literário, esperando, com tudo isso, evitar as burocracias do emprego público.



Já outros acadêmicos privilegiavam as demais profissões, deixando a função de escritor para as horas vagas. As letras, para eles, adequavam-se ao domínio do diletantismo, como relatou Rodrigo Octávio, um dos fundadores da Academia, mas que preferencialmente desempenhava a função de advogado: “a produção literária (...) é antes o fruto da satisfação subjetiva, de uma necessidade de espírito do escritor, do que do acentuado desejo, da intenção decidida de fazer um livro, de compor um trabalho que se destine à leitura dos outros e vise o pagamento do editor” (OCTÁVIO apud BARRETO, 1994: 206-7).

Ou seja, esta corporação literária nascente resumia-se a uma comunhão de quarenta membros distintos, portadores de expectativas e interesses diversos. Como disse, certa vez, Graça Aranha, a Academia constituía-se a partir da intensa “contradição” de seu integrantes: “a verdade somos todos nós a incoerência da sua própria existência, o desencanto das nossas ilusões individuais, a divergência das nossas idéias, o absoluto de cada um formando o relativo de todos. A verdade são quarenta bocas que se contradizem” (RABL, n.3, 1911: 182).

O autor de *Canaã*, nesta passagem pronunciada durante a recepção de Souza Bandeira, em 1905, usufrui de um rebuscado estilo literário com a intenção de ilustrar aos seus ouvintes a ausência de um consenso de opiniões, idéias e posturas intelectuais entre os membros da academia. Mesmo sendo essa instituição o resultado da comunhão de todos os seus integrantes, seu cotidiano era pautado pelo desacordo, pela contestação e contradição de vozes que procuravam impor suas diferentes visões de mundo. Joaquim Nabuco, em 1897, salientava, igualmente, as posições diversas dos quarenta imortais. Porém afirmava que todas estas dissidências, no interior da Academia Brasileira de Letras, convergiam para uma mesma finalidade:

é preciso que tenhamos algum objetivo comum. Não haverá nada em comum entre nós? Há uma coisa: é a nossa própria evolução; partimos de pontos opostos para pontos opostos, mas como astros que nascessem uns a leste e outros a oeste, temos de percorrer o mesmo círculo, somente em sentido inverso. Há assim de comum entre nós o ciclo, o meio social que curva os mais rebeldes e funde os mais refratários; há os interstícios do papel, da característica, do grupo e filiação literária, de cada um; há a boa fé invencível no verdadeiro talento. (DA, 1934: 17)

Apesar de caminharem em direções opostas, estes literatos, na qualidade de membros de uma academia literária, faziam parte de uma mesma rota circular. Por mais que estes homens de letras estivessem fragmentados por inúmeros interesses divergentes, havia um aspecto comum que lhes garantia uma identidade de grupo: a missão de oferecer ao país, sob o viés institucional, uma unidade lingüística e literária.

A língua representava, para os nossos literatos, “o *substratum* da nossa nacionalidade” (VERÍSSIMO, 1977: 85). Situando-se para além das “contingências da história e da política”, a literatura demonstrava ser o viés primordial de expressão da nação<sup>6</sup>. Nas palavras de Veríssimo, era por meio da língua que



exprimíamos as nossas emoções, sentimentos, aspirações e tudo mais, por isso, tornava-se fundamental sua conservação na constituição definitiva da nossa pátria (ibidem: 86-7).

Inúmeros intelectuais, desde o final do século XIX e início do século XX, problematizavam a questão de ser o Brasil uma nação em formação. Frente às profundas transformações políticas, econômicas e culturais que o país havia sofrido nos últimos tempos, via-se a necessidade de discutir acerca da nação brasileira. Se os demais intelectuais, através do recorte teórico de suas disciplinas, anunciavam suas percepções sobre o país, os homens de letras, imersos em suas singularidades, reafirmavam a importância do texto literário como uma via central de expressão nacional:

O Brasil entra, ou já está plenamente, num período novo de sua definitiva constituição nacional; a sua formação primitiva remodela-se e transforma-se, sob a influência de novas gentes que aqui se estabeleceram e se proliferaram, de novas instituições (...) e de uma cultura que, quaisquer que sejam os seus defeitos e falhas, não era mais a de meio século atrás. Se a nossa literatura não é apenas a manifestação amorfa, incolor e insípida de um arcadismo, que aliás foi uma das feições da nossa linhagem literária, ela se sentirá deste momento e o saberá exprimir. (Ibidem: 86).

Já que a literatura desempenhava uma função central neste amplo processo de formação da nacionalidade brasileira, o primeiro passo a ser dado era a instituição formal de uma unidade lingüística e literária, para que, por meio dela, fosse possível abordar a realidade deste país. Era preciso, então, regulamentar a ortografia brasileira e semear o desenvolvimento das letras no Brasil. Não foi à toa que, ainda nas sessões preparatórias, José Veríssimo apresentou sua proposta de fixar a grafia da palavra Brasil que ora era escrita com s e ora com z<sup>7</sup>. Na visão dos acadêmicos, seria impossível imaginar o progresso de uma nação que nem sabia, ao certo, a grafia de seu próprio nome.

Diante da ausência de regras e diretrizes no mundo das letras, estes literatos marcavam sua importância e um maior espaço de atuação. Entrariam em cena, assumindo a tarefa de propiciar um novo caminho ao país. Nas palavras de Graça Aranha: “A Academia é obra de desafio às intempéries. Pode vir o dilúvio, nós repovoaremos o mundo das letras no Brasil” (RB, n.74, 1898: 184).

Há tempos a literatura desvencilhava-se da preocupação estética, propriamente dita, buscando formas de desenvolver uma profunda consciência de seu tempo. Neste final de século, a determinação de elaborar um pensar sobre o país transformava estes literatos em verdadeiros “mosqueteiros intelectuais”, cujo engajamento tornava-se uma condição essencial para os homens de letras (SEVCENKO, 1989: 78-9).

Se do lado de fora da Academia, estes homens de letras, cada um a sua maneira, procuravam retratar o Brasil, lançando a público suas vertentes analíticas sobre os mais diversos assuntos relacionados à nação brasileira, do lado de dentro toda esta problemática iria ser condensada na estrutura destes discursos, quer dizer, na formulação de regras que balizassem o uso da linguagem.



Ao assumir a tarefa de guardar a língua e a literatura em prol da nacionalidade brasileira, estes literatos construía uma identidade de homens de letras. Em meio às suas diferenças políticas, sociais, econômicas, estéticas e intelectuais, criava-se a delimitação de um grupo que se distinguia dos demais pelo projeto que encabeçava. Desta forma, esses quarenta imortais conseguiriam definir suas fronteiras em relação aos outros setores da sociedade brasileira, podendo, assim, melhor defender seus interesses.

A escolha de traços culturais que podem garantir a distinção de um grupo enquanto tal depende da presença de outros grupos e da sociedade em que se acham inseridos, já que os sinais diacríticos devem se opor, por definição, a outros do mesmo tipo (CUNHA, 1987: 100). No interior da Academia, podemos dizer que a identidade dos acadêmicos não foi apenas circunscrita tendo em vista as características internas desta agremiação específica de homens de letras. A missão comum de zelar pelo idioma nacional também dialogava com o contexto institucional do período, com o propósito desses sujeitos de ressaltar suas possíveis particularidades frente aos demais círculos de literatos e intelectuais do Rio de Janeiro, com a busca de um espaço próprio de intervenção, com a tentativa de reconhecimento profissional, dentre outros aspectos. Ao determinarem suas diferenças e os seus interlocutores, os fundadores da imortalidade literária no Brasil sublinhavam sua autonomia e seu campo de atuação social.

No entanto, é interessante notar que apesar dos acadêmicos se denominarem, repetidas vezes, como os protetores oficiais da língua nacional, ao longo dos anos pouco se fez a respeito. Por não terem conseguido o bafejo republicano, estes acadêmicos concentraram seus esforços na aquisição de doações, empréstimos e favores, para, com isso, poder conferir à nova instituição uma necessária visibilidade social. Usufruindo do prestígio que estes homens de letras detinham no interior dos diversos círculos da elite carioca, a academia, aos poucos, ganhava uma infra-estrutura básica para por em prática seus projetos.

A Academia Brasileira de Letras até 1905 – quando conseguiu do governo a permissão para usar uma das acomodações do prédio do cais da Lapa – não possuía uma sala fixa para as suas sessões ordinárias, nem mesmo os móveis básicos, ou seja, as quarenta cadeiras da imortalidade. Nas palavras de Rodrigo Octávio, “andou vagabunda, abrigando seu labor modesto em diversos colmos de aventura” (1936, v.2: 79). Os acadêmicos deslocavam-se entre salas de empréstimo, combinando através de bilhetinhos os horários e os lugares das próximas reuniões. As recepções, por sua vez, ocorriam em grandes salões devidamente decorados, tais como o Gabinete Português de Leitura e o Palácio Monroe, que graças a ajuda dos amigos eram ora alugados ora emprestados.

O primeiro grande trabalho da Academia Brasileira de Letras, a reforma ortográfica da língua portuguesa no Brasil, só foi finalizado no ano de 1907. No decênio de sua fundação, os acadêmicos, que até então vinham discutindo de maneira esparsa e alusiva sobre os destinos da língua portuguesa, finalmente colocaram



em prática um de seus projetos iniciais, a formulação de algumas regras que pudessem fim ao modo aleatório de se escrever no país. Segundo José Veríssimo, não havia dois escritores brasileiros que redigiam do mesmo modo. “Leiam bem, dois escritores”, enfatizava o crítico literário (*RABL*, n.1, 1910: 77). Diante deste quadro anárquico, era preciso elaborar e fixar normas que pudessem ser utilizadas por todos os nossos homens de letras.

Apesar da repercussão na imprensa em torno da reforma ortográfica, foram bem poucos os literatos e intelectuais, em geral, que concordaram e adotaram as mudanças estipuladas pela Academia<sup>8</sup>. Na maioria dos casos, essas normas foram consideradas impróprias e ilegítimas. Os próprios acadêmicos esforçavam-se para compreender e usufruir das alterações ditadas pela instituição. Euclides da Cunha, por exemplo, que pouco freqüentava as sessões ordinárias, escreveu, certa vez, ao amigo e também imortal Domício da Gama comentando seu incomodo frente às novas regras. Dizia ele:

Não sei se já aí chegaram as notícias da Reforma Orthographica... (Aí deixo, nestes maiúsculos e nestes h h, o meu espanto e a minha intransigência etimológica!). Realmente depois de tantos anos de alarmante silêncio, a Academia fez uma coisa assombosa: trabalhou! Trabalhou deveras durante umas três dúzias de quintas-feiras agitadas – e ao cabo expeliu a sua obra estranhamente mutilada, e penso que abortícia. Há ali coisas inviáveis: a exclusão sistemática do y, tão expressivo na sua forma de âncora a ligar-nos com a civilização antiga e a eliminação completa do k, do hierárquico k (Kapa como dizemos cabalisticamente na Álgebra)...

Como poderei eu, rude engenheiro, entender o quilômetro sem o k, o empertigado k, com as suas duas pernas de infatigável caminhante, a dominar distâncias? Quilômetro recorda-me kilometro singularmente esmagado ou reduzido; alguma coisa como um relíssimo decímetro ou grosseira polegada. Mas decretou a enormidade; e terei, doravante, de submeter-me aos ditames dos mestres. (GALVÃO & GALOTTI, 1997: 335-6)

Mesmo considerando-se protetores da língua nacional, aqueles que pertenciam à Academia não detiveram o reconhecimento intelectual esperado para tal empreitada. Ao ditar as novas normas ortográficas, os acadêmicos tiveram de lidar com as críticas e desconfiança da população brasileira letrada que, ao invés de aceitar, ignorou as alterações lingüísticas decretadas. Os jornais, por sua vez, lançaram inúmeros textos e charges ironizando a reforma da língua proposta pelos acadêmicos (Fig. 1).

A missão de trabalhar pela língua e literatura brasileira, o que até então delineava uma unidade para esses literatos de formação intelectual e condições socio-econômicas tão díspares, raras vezes teve uma implicação prática. Se nos discursos, nas recepções dos membros eleitos, nas homenagens públicas feitas para algumas celebridades literárias vinha à tona a preocupação comum com os rumos das letras pátrias, no cotidiano acadêmico esta tarefa era deixada de lado, tomando seu lugar as atividades burocráticas, as sucessivas eleições, os preparativos para as sessões públicas, e os debates sobre as possibilidades de cooptar favores e verbas para o melhor funcionamento da academia.



ORA, GRAÇAS!



**Fig. 1** - Com este desenho *O Malho* informava Graça Aranha sobre o andamento dos trabalhos acadêmicos. Na visão do caricaturista, a Academia não só realizava discursos como também ousava alterar a ortografia nacional.

(*O Malho*, 9/3/1907)

— Ora, graças! que a Academia de Letras existe! Além dos discursos, deu agora um ar de sua graça: vai reformar a orthographia. O Roosevelt quiz fazer isso lá na America e teve de metter a viola no sacco. Não vá sair a emenda peor que o soneto... Si os litteratos cá fóra, já não se entendem na collocação dos pronomes, o que não sahirá dessa reforma? Queira Deus que em vez de Brazil com z ou com s não tenhamos de o escrever com ff e rr...

Durante os anos iniciais, as eleições<sup>9</sup> e as sessões de recepção, bem mais que as discussões acerca da língua nacional, representaram um grande fator de aglutinação acadêmica. Nestas ocasiões os literatos, através de suas longas oratórias, glorificavam os novos e os antigos sócios, ressaltando a importância da vida institucional. Com um atento requinte e planejamento, essas cerimônias chamavam a atenção da imprensa e de um público considerável dando aos membros da Academia uma unidade de grupo jamais alcançada pela divulgação dos feitos acadêmicos. Até mesmo nos momentos de inúmeras desavenças entre os membros, decorrentes da entrada de notoriedades públicas alheias ao trabalho literário – como, por exemplo, Oswaldo Cruz e Lauro Müller, no início da década de 1910 –, que acabava por colocar em dúvida a legitimidade desta associação como guardião da literatura brasileira, continuavam sendo reforçados as propostas de fundação e, com isso, o dever de zelar pelo idioma nacional (Fig. 2).

Assim sendo, vimos que a identidade dos integrantes desta instituição literária, nesses seus primeiros anos de vida, foi construída e mantida, não por uma atuação prática em ção e repetição de um determinado discurso, que para além de



## GALERIA DAS LETTRAS



**Fig. 2** - Em 1907, *O Malho* referia-se a Euclides da Cunha como um verdadeiro imortal, diferente de outros acadêmicos que estavam sendo eleitos sem uma grande obra literária.

(*O Malho*, 9/3/1907)

Euclides Cunha, litterato a cuja penna, mixto de clava, de buril e de astro, já se devem as rutilações genias d'*O Sertão*, do *Confrontos e Contrastes* e do *Relatorio* sobre o Acre e o Amazonas.

"O imortal da Academia de Letras... e de verdade.

sua possibilidade de realização, garantiria aos imortais uma unidade, um espaço de atuação e de visibilidade social no interior da elite do Rio de Janeiro. Mais do que a efetivação destes trabalhos, ou então, da real necessidade, no país, de uma unidade lingüística e literária, o que estava em jogo era a delimitação e a implantação de uma fala que conferisse uma identidade aos fundadores da Academia, capaz de diferenciá-los dos demais literatos e dos outros setores da intelectualidade brasileira. Quer dizer, como homens de letras, os acadêmicos procuravam ressaltar o que estava ao seu alcance, ou seja, a importância de um determinado projeto literário para uma nação em formação.

Apesar do descrédito frente à reforma ortográfica de 1907, dos esparsos trabalhos acadêmicos acerca das letras e da ausência de um dicionário da língua portuguesa prometido desde a época de fundação, os membros da Academia Brasileira de Letras conseguiram angariar para si e para esta associação uma unidade, juntamente com um reconhecimento público até então desconhecido àqueles que se dedicavam ao trabalho literário.

Com o passar do tempo e com a conquista de uma estabilidade financeira, os sócios da academia começavam a se preocupar não apenas com seus pronunciamentos em prol da língua nacional, mas especialmente com a eficácia de



sua encenação. As sessões comemorativas passavam a ser rigorosamente preparadas, tornando-se, deste modo, o acontecimento acadêmico por excelência. A confecção de um sofisticado fardão para a recepção dos novos membros, a minuciosa decoração dos salões, a presença da imprensa e de inúmeras personalidades cariocas, dentre outros aspectos, sedimentaram a academia dentre as principais instituições de saber do país. Ou seja, ao invés de se caracterizar pela elaboração de um rico debate em torno da nossa literatura, a academia enraizou-se através de uma cuidadosa teatralização em torno da necessidade de valorizar, venerar e imortalizar as nossas letras e aqueles que as produziam, os chamados homens de letras.

## NOTAS

- 1 Uma versão desta primeira parte do artigo foi publicada no caderno Cultura, do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 19/07/1997, p. D9 e D10.
- 2 Segundo o censo de 1872, 81,4% da população brasileira não sabia ler, enquanto apenas 18,4% sabia. Em 1890 este dado é quase o mesmo: 81,5% da população era analfabeta ao passo que 18,5% não era. Somente ocorreria uma mudança significativa de dados na virada do século, quando o recenseamento de 1900 acusaria 66,9% de analfabetos para 33,1% de pessoas alfabetizadas. Sobre os censos de 1872 a 1920 relacionados ao grau de instrução ver MACHADO NETO, 1975: 253; DAMAZIO, 1996: 125.
- 3 Os vinte primeiros sócios correspondentes foram: Bartolomeu Mitre, Eça de Queirós, Elisée Reclus, Émile Zola, Eugênio de Castro, Guerra Junqueiro, Henrique Sienkiewicz, John Fiske, John Milton Hay, Teófilo Braga, Garcia Merou, Guilherme Blest Gana, Henrique Ibsen, Herbert Spencer, José Echegaray, Giosué Carducci, Leon Tolstoi, Paul Groussac, Rafael Obligado e Teodoro Mommsen. Apesar da indicação destes nomes ter começado em outubro de 1898, a lista só foi completada em junho de 1900. É interessante notar que o primeiro literato estrangeiro a ser eleito pelos nossos acadêmicos foi Émile Zola, que jamais conseguiu uma cadeira na academia francesa. Consultar atas da Academia Brasileira de Letras de 1º e 25 de outubro de 1898 e 23 de junho de 1900.
- 4 J.M. de Carvalho discute a unidade ideológica da elite imperial gerada por uma formação superior, adquirida no interior de um grupo homogêneo de conhecimento e habilidade. Sem uma diversidade de cursos e universidades inculcava-se nos estudantes do Império uma unidade ideológica “dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil”(CARVALHO, 1980: 51).
- 5 É preciso salientar também que o fato de grande parte destes homens terem optado pelo curso de direito – quase 50%, se juntarmos os formados com aqueles que abandonaram as aulas – ilustra menos uma predileção pela advocacia, do que a falta de opção por outros cursos de humanidades no Brasil. Não havendo aqui faculdades de ciências sociais, letras ou filosofia era comum a escolha pelas faculdades de direito de São Paulo e Recife. Além disso, dos integrantes da Academia que concluíram os cinco anos, apenas uma pequena parte chegou a advogar. A maioria deixou o curso de direito, com ou sem diploma, para entrar na vida literária dos jornais.



- 6 Ver resposta de José Veríssimo à recepção de João Ribeiro em 30 de novembro de 1898 in *DA*, 1934: 48.
- 7 Segundo a ata da quinta sessão preparatória, “o sr. José Veríssimo apresentou uma indicação para que a Academia firmasse o modo de escrever da palavra Brasil, opinando contra a opinião do sr. Capistrano de Abreu a quem se refere, que Brasil se escreve com z e não com s”. Capistrano de Abreu chegou a participar das primeiras reuniões, mas acabou por retirar seu nome da lista dos acadêmicos antes da fundação, em julho. Visconde de Taunay chegou a escrever alguns artigos acerca destas discussões ortográficas travadas nas sessões acadêmicas. Consultar as atas dos dias 14 e 28 de setembro de 1897; e “O vocabulário Brasil deve ser escrito com s ou z ?” in *RABL*, n. 2, outubro de 1910.
- 8 A reforma ortográfica da Academia Brasileira de Letras consistiu na determinação de doze regras básicas que atendiam à perspectiva de simplificar e fixar a língua escrita no país. Entre corolários, exemplos e exceções, suprimiu-se, dentre outros apontamentos, o uso do k, y e w, o g com som de j no meio das palavras, o ph com o som de f e as consoantes geminadas, tais como ll, bb, mm, tt e pp. Os usos de s, ç e z tiveram também uma normalização.
- 9 Certa vez escreveu Graça Aranha: “Na Academia o sentimento eleitoral é o mais ativo de todos, e a Academia Brasileira, graças ao seu quociente de mortos, jamais foi uma Academia morta. Os abençoados mortos deram a mais preciosa das vidas, a vida eleitoral” (1923: 26).

## BIBLIOGRAFIA

ARANHA, G.

1923 *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*, São Paulo, Monteiro Lobato.

BARRETO, P. (João do Rio)

1994 (1907) *O momento literário*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.

CARVALHO, J. M. de

1980 *A construção da ordem*, Brasília, Editora da UnB.

CUNHA, M. C. da

1987 *Antropologia do Brasil*, São Paulo, Brasiliense.

DAMAZIO, S.

1996 *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*, Rio de Janeiro, Editora UERJ.

EL FAR, A.

1997 *A encenação da imortalidade*, dissertação de mestrado, São Paulo, Departamento de Antropologia, USP.

GALVÃO, W. N., GALOTTI, O. (orgs.)

1997 *Correspondência de Euclides da Cunha*, São Paulo, Edusp.



MACHADO NETO, A. L.

1975 *Estrutura social da República das Letras*, São Paulo, Grijalbo/Edusp.

OCTÁVIO, R.

1935 *Minha memória dos outros*, Rio de Janeiro, José Olympio, 3 v.

VERÍSSIMO, J.

1977 (1906) *Estudos de literatura brasileira*, 6ª série, São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia.

SEVCENKO, N.

1989 *Literatura como missão*, São Paulo, Brasiliense.

#### A. PERIÓDICOS

*Revista da Academia Brasileira de Letras (RABL)*, Rio de Janeiro, ABL, 1910-32, n.1-38.

*Discursos Acadêmicos (DA)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934-36, v. 1 – 4.

*Revista Brasileira (RB)*, Rio de Janeiro, 1898.

#### B. DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA

Atas da Academia Brasileira de Letras, 1897-1924.

**Abstract:** This article intends to discuss the means by which the founders of the Brazilian Academy of Letters, late in the 19<sup>th</sup> century, adopted the mission to protect the national language and literature in order to create an overall identity and to achieve a social acknowledgment inside the fragmented and hierarchical literate society of Rio de Janeiro.

**Uniterms:** identity, Brazilian Academy of Letters, “Old Republic”.

Aceito para publicação em 15 de junho de 1998.